

PRÁTICAS DE GESTÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE O USO DOS RESULTADOS DO ENADE

Edmilson José dos Santos Júnior,
UFCA,
edmilson.junior@aluno.ufca.edu.br

Jaqueline Dourado do Nascimento,
UFCA,
jaqueline.dourado@ufca.edu.br

Wezley Ricardo Bezerra Gonçalves,
UFCA,
wezley.ricardo@aluno.ufca.edu.br

RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma revisão integrativa de literatura realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, no período de 2004 a 2018, tendo como objetivo identificar o que as pesquisas de pós-graduação estão abordando sobre o uso dos resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade). Foram utilizados como descritores de busca os termos “Enade”, “Exame Nacional de Desempenho de Estudantes” e “uso dos resultados”, resultando em 364 pesquisas, 97 teses e 266 dissertações, delimitando a análise de 04 dissertações e 01 tese, que abordaram o uso. As pesquisas são realizadas em maior parte por pesquisadores do sexo feminino, em programas de pós-graduação de Políticas Educacionais, na região Nordeste e Centro-Oeste, em instituições públicas. Ocorre o uso dos resultados em cursos isolados, centros acadêmicos ou da Instituição de Ensino Superior (IES), nas IES públicas o Enade não consta nos documentos institucionais, práticas de gestão ou pedagógicas. Nas IES de ensino privado, que buscam aprimorar os seus cursos de graduação utilizando os resultados das avaliações externas, são atividades cercadas por tensões. O desafio da incorporação do Enade dentro do processo de planejamento, do currículo e na tomada de decisão.

Palavras-chave: Avaliação; Enade; Uso dos Resultados.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata sobre os aspectos do uso dos resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) no Brasil no âmbito da gestão das Instituições de Educação Superior (IES), encontra-se vinculada a pesquisa “Uma Análise dos Usos dos Resultados do Enade na Universidade Federal do Cariri”, buscando apresentar parte dos resultados que foram encontrados durante a coleta de dados realizados em trabalhos de pesquisas de pós-graduação - dissertações e teses - que trouxeram como fundo temático a questão da utilização dos resultados do Enade.

As políticas públicas de avaliação da educação são utilizadas como instrumentos de regulação que buscam assegurar a boa qualidade de ensino e aprendizagem para os estudantes das IES. Especialmente na educação superior, os processos avaliativos tornam-se cada vez mais significativos e necessários nos diferentes contextos que atuam, quer seja no campo da gestão, dos profissionais que atuam frente à educação, para os estudantes e até mesmo para a sociedade (BARREYRO; ROTHEN, 2014).

A avaliação da educação superior pode ser compreendida como um diagnóstico em larga escala ou institucional, isto significa que os seus resultados servem tanto para os órgãos de controle, quanto para as próprias IES. Um dos aspectos questionáveis dentro do campo da avaliação de políticas públicas que se encontra imbricado refere-se à ausência ou a subutilização das informações oriundas das avaliações, ou seja, o seu uso tende a ter apenas o sentido de satisfazer as necessidades de receber a autorização de funcionamento da instituição. No entanto, o uso desses resultados deveria consistir em informações para o desenvolvimento de ações multidisciplinares capazes de suscitar mudanças reais com base no que foi indicado nas avaliações, no caso da educação superior, fomentar a qualidade dos cursos de graduação (ABRAMOWICZ, 1994; VIANNA, 2014; NASCIMENTO, 2013).

Atualmente, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) é a política vigente no Brasil para avaliar os cursos de nível superior, instituída a partir da Lei nº 10.861 de 2004, constituída pelo “tripé avaliativo”: a avaliação de cursos de graduação; avaliação de desempenho de estudantes - avaliações em larga escala ou externa - e a autoavaliação institucional (INEP, 2015).

O Sinaes tem como função avaliar um conjunto de dimensões, principalmente no que diz respeito às avaliações externas, sobretudo na avaliação de desempenho dos estudantes,

através do Enade. Este exame, que tem um caráter obrigatório para o estudante que estão inserido no ciclo avaliatório, é realizado em dois momentos, primeiro quando ingressam via utilização da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), e depois quando concluem o curso de graduação, tendo a seguinte composição: uma prova composta de componentes gerais e específicos; o questionário de avaliação discente para traçar o perfil socioeconômico; o questionário para averiguar a impressão do estudante sobre a prova e; o questionário direcionado aos coordenadores de cursos (BRASIL, 2004; BRITO, 2008).

Quase duas décadas de efetivação da política do Sinaes, autores e técnicos da área já levantaram vários pontos que são enxergados como problemáticos para eficácia do processo contínuo de melhoria da educação superior. No que concerne ao Enade, observam-se críticas quanto a construção de *rankings* para apresentar os resultados de desempenho de estudantes das IES públicas e privadas (MENALDO, 2018).

Dentro do contexto da composição dos *rankings*, destacam-se duas complexas situações. A primeira é apontada por Vianna (2014), afirmando que a quantificação dos resultados do Enade implica na limitação do sistema avaliativo, por não levar em consideração a formação cultural, social e econômica desses estudantes, bem como as condições que a IES disponibiliza para sua formação. A segunda foi elencada por Dias Sobrinho (2010), frisando que essa composição quando feita de uma forma socialmente desigual pode prejudicar o estudante, pois a avaliação também serve para atender às exigências solicitadas pelo mercado de trabalho, onde a busca é feita por profissionais oriundos de cursos com índice alto de desempenho.

Frente ao que foi evidenciado sobre os processos avaliativos na educação superior brasileira, este trabalho realizou uma revisão integrativa no Catálogos de Teses e Dissertações da Central de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no período de 2004 a 2018, para identificar o que as pesquisas de pós-graduação estão abordando sobre o uso dos resultados do Enade.

A organização do trabalho foi realizada em mais quatro partes, além desta Introdução. Temos na Revisão de Literatura com um apanhado conceitual sobre a atuação das políticas públicas no campo da educação superior, em seguida os Procedimentos Metodológicos, delineando quais instrumentos foram usados para alcançar o nosso objetivo, o que nos leva para a Discussão e Análises dos Dados, onde constam os principais resultados da

pesquisa e, por fim, nas Conclusões, apontamos um desfecho alinhado às informações encontradas durante o desenvolvimento deste artigo.

2REVISÃO DA LITERATURA

O referencial teórico desta pesquisa foi construído a partir das definições e funcionalidades da avaliação de políticas públicas, em seguida sobre a avaliação de políticas públicas na educação superior e, por fim, trata da relação entre os resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e as práticas de gestão das Instituições de Educação Superior.

Em uma perspectiva histórica, a avaliação de políticas públicas surge nos Estados Unidos da América (EUA) na década de 1960 em caráter do aprimoramento das práticas gerenciais, tendo como característica principal sua atuação *top-down*, em que ocorre de uma forma centralizada e hierarquizada. Nas duas décadas seguintes, os países da América Latina passaram a incorporar modelos de avaliação, semelhantes a norte americana, em suas políticas públicas, tendo em vista a eficácia destes processos para melhorar o controle e a fiscalização do que era realizado no âmbito da administração pública, a avaliação passou a assumir uma identidade mais *bottom-up*, buscando incluir a sociedade civil em todoo processo de avaliação (FARIA, 2005).

A avaliação de políticas públicas atua de forma multidisciplinar, isto significa que essa prática pode ser utilizada em vários campos do conhecimento e com diferentes funções, é por isso que Faria (2005, p. 102) apresenta quatros tipos específicos de uso: “(a) instrumental; (b) conceitual; (c) como instrumento de persuasão; e (d) para o esclarecimento”. O uso instrumental seria direcionado para gestores centrais ou formuladores, havia o entendimento de que ao ter seus resultados, estes seriam incorporados de forma automática durante o processo decisório das políticas, programas ou projetos.

O uso conceitual refere-se ao processo formativo para os implementadores, com a participação dos diferentes interessados na avaliação, o uso ocorreria durante a realização do programa. O uso “como instrumento de persuasão” seria destinado para um uso direcionado para a escolha de algo ou mudança que tenha o interesse do gestor. O uso “esclarecimento” para conhecimento de uma política ou programa, tendo a influência sobre os diferentes interessados pela avaliação (*stakeholders*) (FARIA, 2005). Vale ressaltar que o uso da

avaliação sempre tem um caráter político e técnico, portanto, acaba tendo influência de diferentes interessados e o uso poderá ter um sentido mais burocrático, gerencialista ou de melhoria do processo decisório.

Outras definições sobre avaliação ou dos tipos de classificação se refere ao tempo (*timing*) da avaliação de políticas públicas, Souza (2006) classifica a avaliação como uma fase utilizada pelos gestores públicos para diagnosticar o comportamento de determinada política, programa ou projeto com a finalidade de aprimoramento, para alcançar qualidade em suas ações. Já Vianna (2000) define como um fenômeno capaz de analisar e criticar determinada ação ou contexto, identificando os problemas coexistentes, para que as tomadas de decisões atuem na resolução desses impasses.

Como relatado, a prática avaliativa está presente em diferentes campos como o social, econômico, educacional, dentre outros. No contexto educacional, a avaliação em larga escala, tem seu desenvolvimento direcionado para os estudos avaliativos da medida da aprendizagem dos estudantes e a criação de sistemas de avaliação. As primeiras iniciativas relacionadas a avaliação da educação superior eram desenvolvidas no âmbito das universidades públicas, no processo de criação de um sistema nacional de avaliação em larga escala, tais como o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub) e o Exame Nacional de Cursos (ENC), antigo Provão, onde foi possível observar a necessidade de uma política de Estado que aprimorasse a maneira como a avaliação das IES estava sendo realizada e acompanhar a qualidade da educação superior. Havia também a necessidade de integrar a avaliação externa com a autoavaliação institucional, envolvendo também nos processos avaliativos, todos os sujeitos integrantes da IES (RISTOFF; GIOLO, 2006).

Nesse contexto foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Brasileira, composto por avaliações externas (avaliação de cursos e o Enade), avaliações internas (autoavaliação institucional), que tem atuado para subsidiar informações e indicadores para que as IES, bem como o Ministério da Educação (MEC) e a sociedade em geral, reconheçam os avanços e desafios enfrentados pelo sistema da educação superior no Brasil (RISTOFF; GIOLO, 2006).

A importância do processo de avaliar a educação superior, dar-se sobretudo em função dos processos decisórios, para que estes possam acontecer de modo a fortalecer a efetividade da qualidade da educação que é ofertada. Nessa perspectiva, devem contribuir para o planejamento e a modificação de currículos, ações pedagógicas, o fomento de práticas

que contemplem uma formação ampliada, tanto técnica quanto cidadã, que auxiliem no processo de reflexão das realidades institucionais, condicionando aspectos de melhorias para os mais diversos sujeitos que participam e utilizam dos serviços da educação superior brasileira (VIANNA, 2014).

Nessa concepção o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior procura incorporar de forma harmônica as diversas dimensões da avaliação, fazendo assim a integração somativa que possui um caráter mais global incorporado pelo Estado Avaliador, com a formativa que possui caráter emancipador e particular (BRITO; LIMANA, 2005).

Para o Estado controlador e regulador, a avaliação acaba tendo uma função de fornecimento e de produção de indicadores que possam conceder às IES e ao mercado de trabalho aspectos pragmáticos para a realização e cumprimento dos eixos legais e burocráticos exigidos pelos órgãos competentes, por exemplo, para fins de credenciamento, recredenciamento e reconhecimento dos cursos (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001). Contudo, em um viés emancipador e formativo, o processo de construção do sistema de avaliação da educação superior no Brasil passou por transformações importantes e sua expansão implicou em mudanças que impactaram diretamente às práticas de gestão das IES, que por meio dos seus resultados devem constituir um cenário de educação com qualidade, nos mais diversos seios que a compõe (CATANI; OLIVEIRA; DOURADO, 2001; NUNES; AVILA, 2017).

A avaliação da educação superior possibilita às IES a capacidade de mapear quais são os aspectos potencialidades e limitações presentes em sua realidade institucional, nos âmbitos de ensino, infraestrutura, ações pedagógicas, entre outros. Nesse sentido, os resultados produzidos por meio destas avaliações devem ser utilizados pela gestão na produção de elementos que contribuam para a melhoria das suas práticas e, consequentemente, viabilizar a criação de estratégias que corroborem para o desenvolvimento da educação superior brasileira (DIAS SOBRINHO, 2010).

A avaliação da educação superior passou por inúmeras transformações, em que as IES tiveram de se adequar aos mais diferentes cenários durante as últimas décadas, em especial o crescimento do número de implantação de instituições privadas e instituições de Ensino à Distância (EAD), que desencadearam uma série de problemas como “precárias instalações físicas, grande contingente de professores improvisados e sem formação adequada

ao magistério superior, elevados índices de pobreza, desigualdades regionais etc.” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 198).

Diante da contextualização sobre a avaliação de políticas públicas e o seu potencial uso para a educação superior brasileira, finalizamos essa discussão com a contribuição de Dias Sobrinho (2010), afirmando que o sistema da educação superior se fortalece através dos resultados da avaliação de políticas públicas, fomentando a criação de planejamentos e estratégias que atuem para as tomadas de decisão no campo da gestão das IES, bem como para fornecer à sociedade civil informações sobre a qualidade dos cursos de graduação ofertados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Realizou-se uma revisão integrativa de literatura no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes), usando o recorte temporal de 2004 a 2018, tendo em vista que o Enade foi implantado em 2004. A revisão integrativa nos permitiu reunir informações gerais e específicas dentro do objeto de estudo, além de identificar outros aspectos, tais como o perfil dos pesquisadores, as abordagens utilizadas, quais são os programas de pós-graduação que mais discutem o assunto, entre outros (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

A pesquisa foi realizada em outubro de 2018 a partir dos descritores “Exame Nacional de Desempenho de Estudantes”, “Enade” e “Uso dos Resultados do Enade”, usando os termos primeiramente separados e posteriormente conectados pelo operador lógico “and”. Com isso, foram mapeadas 364 pesquisas, 97 teses e 266 dissertações, submetidas ao critério de relevância de pesquisas que realizaram uma análise sobre o uso dos resultados do Enade, o que nos levou a verificar que 05 trabalhos, 01 tese e 04 dissertações, atenderam às especificações de busca e foram levados à discussão. As demais pesquisas foram excluídas e traziam elementos ligados ao Enade, mas sem verificação do uso dos resultados.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

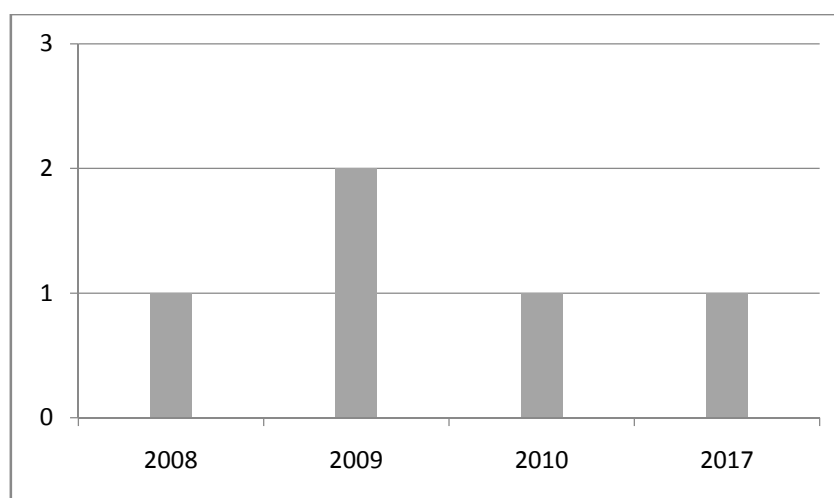
Quanto aos resultados obtidos na revisão integrativa realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, serão primeiramente apresentadas as informações que dizem respeito

ao levantamento dos perfis e área de atuação dos pesquisadores, identificação dos programas de pós-graduação e das instituições de ensino. Em seguida, tratamos dos conteúdos abordados nas cinco pesquisas encontradas.

No que concerne o perfil dos pesquisadores são apontados 05 autores, porque são trabalhos individuais, escritos 80% por indivíduos do sexo feminino e 20% pelo sexo masculino. Sobre a área de atuação dos pesquisadores, através de informações oriundas da Plataforma *Lattes*, podemos afirmar que 80% atuam na docência, 20% são assessores de Assembleias Legislativas.

Estes trabalhos foram desenvolvidos 80% em universidades públicas e 20% em instituições privadas, nas seguintes áreas do conhecimento: 40% em Educação; 20% em Gestão e Políticas Públicas; e 40% não consta a área do conhecimento. Ressaltamos ainda que todos os trabalhos utilizam como abordagem metodológica a qualitativa. No Gráfico 1 temos a distribuição da produção por ano destas pesquisas.

Gráfico 1 - Produção acadêmica sobre o uso dos Resultados do Enade por ano de publicação.



Fonte: Elaboração dos autores.

De acordo com a produção acadêmica no âmbito da pós-graduação no Brasil, podemos inferir que em 2008, 2010 e 2017 foram indexadas ao Catálogo de Teses e Dissertações da Capes uma pesquisa em cada ano, e duas pesquisas nos anos de 2009. Ademais, é importante salientar que estes estudos estão concentrados 60% na região Centro-Oeste e 40% na região Nordeste. Com isso, baseados no processo de coleta realizado durante esta pesquisa, não verificou registros de produção científica nos programas de pós-graduação nas regiões Sul,

Sudeste e Norte do país.

Ao compreender que os sistemas avaliativos no campo educacional esboçam resultados para os diferentes setores institucionais e órgãos de controle, os trabalhos investigados abordam o uso desses resultados nestes diferentes espaços. No Quadro 1 vemos os nomes dos trabalhos e dos autores, e o foco de discussão em que estão inseridos a análise sobre a influência dos resultados do Enade, agrupados em melhorias das práticas de gestão e melhorias das práticas de ensino e aprendizagem.

Quadro 1 - Apresentação das Pesquisas e Foco da Análise.

AUTOR	TÍTULO DA PESQUISA	FOCO DA ANÁLISE
REIS, Carla da Borja.	O Uso dos Resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes nos Cursos de Física da Universidade de Brasília e da Universidade Católica de Brasília (2005).	Melhorias das práticas de gestão.
RODRIGUES, Viviane Aparecida.	ENADE – contribuições, avanços e limites do processo de avaliação.	Melhorias das práticas de gestão e ensino e aprendizagem.
PEREIRA, Rodrigo da Silva.	As repercussões do ENADE na gestão da universidade pública brasileira: o caso da UnB.	Melhorias das práticas de gestão e ensino e aprendizagem.
COSTA, Jéssica Flaíne dos Santos.	As contribuições do Enade para o curso de pedagogia da UFPE-CAA: um olhar para o percurso formativo de pedagogos/as.	Melhorias das práticas de ensino e aprendizagem.
FONSECA, Denise Grossoda.	Implicações do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) nos processos avaliativos internos de um curso de Educação Física.	Melhorias das práticas de ensino e aprendizagem.

Fonte: Elaboração dos autores.

A seguir são apresentados os principais resultados e conclusões de cada trabalho, que utilizaram como foco de análise o uso dos resultados do Enade direcionado para as práticas de melhorias dos processos de gestão, ensino e aprendizagem das Instituições Superiores de Ensino. Reis (2009) traz elementos de uma análise comparativa através dos usos dos resultados do Enade em duas Instituições de Ensino Superior, pública e privada, em Brasília, especificamente sobre as contribuições deste exame para as melhorias dos processos de gestão nos cursos de Física. Para compreender como se deu este processo, a autora utilizou de

técnicas secundárias com documentos oriundos do sistema de acompanhamento dos processos das instituições de ensino superior no Brasil, o sistema e-MEC e do Inep, além de realização de entrevistas com agentes institucionais.

Em seu estudo, Reis (2009) observou quanto às alterações ou atualizações nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos com bases nos resultados da autoavaliação institucional e do Enade que ambas as IES já apresentavam elementos do Enade nestes documentos, no entanto, com níveis de aprofundamento diferentes. Todavia, apenas na IES privada houve modificações nas ações políticas e pedagógicas mediante a apresentação dos resultados das avaliações.

Apenas na IES privada averiguou-se a necessidade do investimento na qualificação dos docentes, suscitada como demanda das reuniões da Comissão Própria de Avaliação (CPA) com base nos relatórios provenientes do Enade, buscando assim melhorar as condições de ensino e aprendizagem dos estudantes, para melhorias nos seus rendimentos para o próximo ciclo avaliativo do exame. Reis (2009, p. 135) ressalta ainda que “Comparando o processo de avaliação do corpo docente das duas instituições, percebemos o tensionamento existente na rede privada. Nela, o professor, de fato, precisa estar atendo aos procedimentos avaliativos, sob o risco de ser dispensado da instituição”.

Em relação ao uso dos resultados do Enade para melhorias na infraestrutura, identificou-se que a IES pública não adotou nenhuma modificação, enquanto a IES privada buscou concretizar mudanças efetivas em laboratórios, bibliotecas, entre outras. Em linhas gerais, constatou-se que em ambas as IES, os documentos tinham elementos sobre o Enade e que a maior parte dos agentes educacionais acreditam na viabilização da melhoria da educação superior através do Sinaes. Entretanto, as reflexões e mudanças provocadas com os resultados da avaliação externa, somente foram ocorridas na IES privada (REIS, 2009).

Na pesquisa de Rodrigues (2008), utiliza-se como referência às contribuições do Enade para melhoria dos cursos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), realizada a coleta de dados por meio de entrevistas com coordenadores, ex-coordenadores de cursos e coordenador do Setor de Avaliação da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFMG e de documentos que consideram os resultados do Enade, tais como os Relatórios dos Cursos de Graduação e das IES, o Relatório Técnico Científico e o Boletim de Desempenho do Estudante.

O trabalho de Rodrigues (2008) identificou aspectos relacionados às discussões dos resultados do Enade nas ações desenvolvidas nas coordenações de cursos e instâncias superiores de gestão institucional. Observou-se que não houve inclusão de dados do Enade ou seus resultados nas reuniões de Colegiados de Cursos de Graduação, além da presença de elementos nas entrevistas que evidenciaram uma visão negativa no que diz respeito a função do Enade. Foram elencados como justificativa os seguintes pontos para limitação do exame, conforme o entendimento dos sujeitos entrevistados:

- O ENADE avalia apenas competências e habilidades cognitivas necessárias à realização de uma prova, não avaliando outras habilidades, como por exemplo, as necessárias para procedimentos realizados em laboratórios;
- O número de questões da prova é pequeno para avaliar todos os conteúdos, competências e habilidades propostas nas Diretrizes Curriculares e nos objetivos do ENADE;
- O exame aplica o mesmo teste a ingressantes e concluintes, e por essa razão, as questões deveriam cobrir os vários estágios de aprendizagem esperados em diferentes momentos do curso (RODRIGUES, 2008, p. 100).

Ademais, ao verificar se os cursos utilizaram os indicadores disponíveis nos resultados do Enade para a adoção de ações de melhorias na formação oferecida, inferiu-se que a maior parte das coordenações se limitaram a realização do Enade como elemento ritualizado e burocrático para aprovação do MEC. A prova deste fato, um dos coordenadores afirmou que “sendo absolutamente sincero cumprimos uma exigência do MEC e ponto final. Não teve impacto nenhum na nossa reforma, porque nós cortamos essa ideia (Coordenadora P, 2007)” (RODRIGUES, 2008, p. 109).

Rodrigues (2008), portanto, afirma que durante a realização de sua pesquisa, a IES investigada não apresentava uma cultura avaliativa consolidada o Enade não havia influenciado em nenhuma discussão interna e tampouco o uso dos seus resultados para melhorias da gestão e da prática de ensino e aprendizagem.

Pereira (2010) propõe-se a realizar uma análise sobre o Enade e as formas como os seus resultados “repercutiram” na gestão dos cursos de Farmácia e Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB), especificamente tratando dessa reprodução nos termos de modificações de currículos e planejamentos. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa de campo, foram entrevistados os coordenadores de cursos, gestores do Inep e estudantes, onde percebeu-se que para estes estudantes a concepção do Enade distancia-se da realidade acadêmica e institucional, inclusive no que diz respeito à

elaboração da prova. Quanto aos coordenadores de cursos, observou-se que apesar do interesse em apropriar mudanças nos currículos e no planejamento para melhorias do curso, esse procedimento é pensado através de outras fontes, como o *feedback* do mercado de trabalho e não com os resultados do Enade.

Em um panorama geral, Pereira (2010) constata em sua pesquisa que o Enade e os seus resultados não geram nenhum efeito nos currículos e no planejamento das gestões dos cursos de Farmácia e Serviço Social da UnB, considerando a comparação realizada entre documentos do MEC, do Inep e da própria IES e as práticas profissionais destes gestores e o entendimento da influência do Enade pelos estudantes. Não foram encontrados indícios nas entrevistas em relação a alguma aversão ao modo que o Sinaes institucionaliza suas práticas avaliativas, sobretudo o Enade, entretanto, foram sinalizados alguns problemas, por exemplo, quanto a “[...] a sua dualidade estrutural ao permitir que a avaliação externa do desempenho estudantil se sobreponha a um diagnóstico mais amplo, como a autoavaliação institucional.” (PEREIRA, 2010, p. 129).

Houve ainda uma divergência de opiniões entre os gestores do Inep e os estudantes em relação aos instrumentos de divulgação e uso dos resultados do Enade. Por um lado, na perspectiva dos gestores, torna-se necessária a divulgação dos resultados como política de prestação de contas à sociedade - *accountability*. Por outro lado, na visão dos estudantes, os resultados são elementos que servem apenas para construção de *rankings* educacionais por parte dos órgãos de controle (PEREIRA, 2010).

Costa (2017) centraliza a sua discussão para compreender se o Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) tem incorporado os resultados do Enade, gerando efeitos na melhoria da formação discente do curso de Pedagogia, através de um levantamento de informações com atores institucionais: coordenadores do curso de Pedagogia, docentes e membro da Comissão Própria de Avaliação e uma análise documental com o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e o relatório dos resultados do último Enade que realizaram em 2004.

A pesquisa de Costa (2017) constata que o coordenador de curso atuante na época não prestou entrevista, por não considerar o Enade um instrumento importante para as alterações dos currículos e práticas de ensino e aprendizagem. Já os professores sinalizaram a importância dos instrumentos avaliativos para o aprimoramento da educação, apesar da falta de elementos encontrados nos documentos institucionais relacionados aos resultados dos

processos avaliativos do Sinaes, revelando uma aversão de valores entre discursos e efetivação das práticas. Os membros da CPA desempenham funções além das institucionalizadas para à comissão, mesmo havendo problemas internos quanto às funções desenvolvidas. O estudo, portanto, evidencia que na experiência do curso de Pedagogia da UFPE-CAA não há interferência do Enade ou demais avaliações do Sinaes nos currículos, documentos institucionais ou atividades pedagógicas, embora os atores educacionais envolvidos, acreditem na importância da avaliação nestes processos.

Fonseca (2009) realizou a sua pesquisa sobre a dinâmica entre a política de avaliação educacional do Sinaes e a avaliação da aprendizagem no curso de Educação Física do Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista (IPA), desenvolvida a partir da análise do Projeto Pedagógico de Curso e planos de ensino e entrevistas individuais com professores e grupo focal com estudantes.

A autora observou que os dados provenientes do Enade influenciaram nas práticas pedagógicas internas do curso, como exemplo as mudanças nas dinâmicas das aulas. Os participantes da pesquisa consideram um aspecto negativo a obrigatoriedade do Enade, o que tende a limitar o seu caráter democrático e emancipatório. Para os membros da CPA, o exame teria como restrição o seu foco nos aspectos quantitativos e não considerar as diferenças regionais. O uso das informações sobre o Enade tem como desafio a sua inclusão nos documentos oficiais dos cursos, como no projeto pedagógico. Os entrevistados destacam de forma negativa o ranqueamento e as dificuldades de comunicação e interpretação do Enade, entre outros (FONSECA, 2009).

Em todos os trabalhos, algo em comum, foi evidenciado o uso limitado dos resultados do Enade. Para Reis (2009), Pereira (2010), Costa (2017) e Fonseca (2017) nos documentos oficiais, como o Projeto Pedagógico dos Cursos, poucos constam de informações sobre avaliações externas, como o Enade ou são incluídos no currículo e no planejamento dos cursos (RODRIGUES, 2008). Esses achados são aspectos já sinalizados por Dias Sobrinho (2010) e Nunes e Avila (2017), a inserção nos documentos oficiais das concepções de avaliação, a utilização pela gestão para o planejamento pedagógico e institucional torna-se um desafio. Essa baixa inclusão das discussões de avaliação, como o Enade, no currículo dos cursos e em seu planejamento evidencia que a utilização dos seus resultados acaba sendo direcionada para outras instâncias.

No sentido de abordar o uso para outras instâncias podemos destacar o uso para monitoramento da qualidade do ensino superior disponibilizado pelas IES, um uso regulador como abordado por Catani, Oliveira e Dourado (2001), também, como salientado por Pereira (2010), para os entrevistados do Inep, que trabalhavam com o Enade, esse teria um foco para a *accountability*, um retorno para a sociedade brasileira sobre qual tipo de ensino e a sua qualidade. Para os coordenadores de cursos (RODRIGUES, 2008; COSTA, 2017), os resultados são pouco utilizados, não tendo influência sobre o currículo e sobre o planejamento e das suas práticas. Na instituição que teve modificação do currículo e planejamento (REIS, 1009), observou-se um tensionamento para o uso, que poderia gerar até desligamento de integrantes do corpo docente que não estivesse alinhado com as modificações necessárias para o funcionamento do curso.

Outro aspecto, que foi considerado um limitante para o uso, se refere à utilização dos resultados para o ranqueamento das instituições e de seus cursos (PEREIRA, 2010) e o foco no quantitativo (FONSECA, 2009), que acaba contribuindo para uma visão negativa do Enade (RODRIGUES, 2008). Para Ristoff e Giolo (2006), torna-se um desafio o uso do Enade para além do aspecto quantitativo e *demarketing* das instituições, o que tem ocorrido no contexto brasileiro, é que as avaliações que compõe o sistema de avaliação da educação superior têm servido para fins regulatórios, sendo pouco evidenciado o seu uso para as melhorias das práticas internas, das instituições e de seus cursos e, externa para o sistema de educação superior.

A importância da avaliação da educação superior é considerada um consenso, os tensionamentos existentes, de um uso ritualizado ou normatizador, com um uso mais técnico e menos político, reflete no que Vianna (2014) destaca sobre o campo avaliativo, em que os aspectos técnicos e políticos (cidadã) do processo avaliativo devem ser considerados e utilizados de maneira equilibrada para que possa contribuir no processo de tomada de decisão.

Diante dos aspectos salientados na pesquisa, é importante ressaltar que o Enade se tornou um instrumento que possibilita às Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, identificar as suas possibilidades de melhoria da educação ofertada, embora seja possível verificar que alguns atores educacionais desacreditam na capacidade de transformação que as políticas de avaliação podem fornecer a educação superior brasileira.

5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa permitiu identificar quais aspectos têm sido abordados nas pesquisas realizadas em programas de pós-graduação, no período de 2004 a 2018, que realizaram um estudo acerca dos usos dos resultados do Enade pelas IES. Dada a complexidade do sistema educacional e da política de avaliação que se ocupa no momento, o Sinaes, e que as diferentes avaliações que os compõe deveriam influenciar nas transformações internas nas Instituições de Ensino Superior, torna-se importante ressaltar que as avaliações externas e a autoavaliação institucional fornecem um amplo diagnóstico situacional das IES.

Entretanto, verificamos que nas pesquisas de pós-graduação que buscaram investigar a possibilidade do uso dos resultados do Enade para subsidiar o aprimoramento da qualidade dos cursos de graduação, consta a falta de utilização dos dados do Enade pela maior parte das IES públicas que foram pesquisadas nos trabalhos apresentados no tópico “Discussão e Análise dos Resultados”, enfatizando que a realização das avaliações do Sinaes são formalizadas apenas para efeitos burocráticos de autorização de funcionamento do curso. Por outro lado, inferimos que as pesquisas que envolveram na sua análise as IES privadas, observamos a incorporação do Enade nos documentos institucionais e nas ações pedagógicas dos professores, além da influência exercida no cotidiano dos estudantes e nas melhorias da infraestrutura da instituição.

Algo que desperta o interesse nos autores que analisaram as IES privadas, consiste em compreender até que ponto a necessidade de permanecerem com o *status* de excelência no fornecimento de educação de qualidade para permanecerem ativas no imenso espaço de competitividade presente no mercado privado educacional influencia no uso das informações do Enade para efetivar melhorias internas.

Devemos reafirmar o compromisso de pesquisas que fomentam a discussão sobre a importância do Enade e os efeitos positivos que podem ser gerados a partir dos seus resultados, mesmo com tantas limitações. A busca por uma educação de qualidade para todos, independente de IES públicas ou privadas, envolvem muitos fatores complexos, no entanto, as políticas de avaliação fortalecem esse caminho, quando agregadas de maneira democrática, emancipatória e formativa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, Mere. Avaliação, tomada de decisões e políticas: subsídios para um repensar. **Estudos em avaliação educacional**, São Paulo n. 10, p. 81-102, 1994. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/ea/article/viewFile/2321/2269>. Acesso em: 08 jun. 2019.
- BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Percurso da avaliação da educação superior nos Governos Lula. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 61-76, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022014000100005&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 31 ago. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de Abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 23 jul. de 2019.
- BRITO, Marcia Regina F. de; LAMANA Amir; **O Modelo de Avaliação Dinâmica e o Desenvolvimento de Competências: algumas considerações a respeito do ENADE**. Avaliação. Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. V.10. N 2. 2005.
- BRITO, Márcia Regina Ferreira de. O SINAES e o ENADE: da concepção à implantação. **Avaliação – Revista da Avaliação da Educação Superior**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 841-850, nov. 2008. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/287>. Acesso em: 29 ago. 2020.
- CATANI, Alfrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes. A política de avaliação da educação superior no Brasil em questão. **Avaliação – Revista da Avaliação da Educação Superior**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 07-15, 2001. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1160>. Acesso em: 29 ago. 2019.
- COSTA, Jéssica Flaíne dos Santos. **As contribuições do Enade para o curso de Pedagogia na UFPE-CAA: um olhar para o percurso formativo de pedagogos/as**. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28834?mode=full>. Acesso em: 01 set. 2020.
- DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, São Paulo, v.15, n.1, p.195-224, mar. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772010000100011&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 22 jun. 2020.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista**

brasileira de ciências sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-110, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092005000300007&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 01 set. 2020.

FONSECA, Denise Grosso da. **Implicações do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) nos processos avaliativos internos do curso de Educação Física do IPA**. 2008. 182 f. Tese (Doutorado). Curso de Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul. 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4165/DeniseFonseca.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 set. 2020.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**. Brasília: INEP, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/270-programas-e-aco-es-1921564125/sinaes-2075672111/12303-sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior-sinaes>. Acesso em: 10 set. 2020.

MENALDO, Bruno Eduardo. **A utilização do ENADE como métrica de qualidade dos cursos de ensino superior**. 2018. 56 f. Tese (Doutorado). Curso de Economia, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 2018. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/20273>, Acesso em: 24 ago. 2020.

NASCIMENTO, Jaqueline Dourado do. **Uma análise do processo de avaliação do Projeto de Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. 2013. 179 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/12688>. Acesso em: 28 ago. 2020.

NUNES, Andrea Karla Ferreira; AVILA, Everton Gonçalves. Conexões entre o Projeto Pedagógico de Curso e o questionário do estudante do Enade. **Revista Contrapontos**, Itajaí, v. 17, n. 3, p.509-528, jul. 2017. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/9841>. Acesso em: 29 ago. 2020.

PEREIRA, Rodrigo da Silva. **As repercussões do Enade na gestão da universidade pública brasileira: o caso da UnB**. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Educação. Universidade de Brasília, Distrito Federal. 2010. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7365>. Acesso em: 31 ago. 2020.

REIS, Carla de Borja. **O uso dos resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes nos cursos de Física da Universidade de Brasília e da Universidade Católica de Brasília (2005)**. 2009. 171 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Educação, Universidade de Brasília, Distrito Federal. 2009. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3974>. Acesso em: 30 ago. 2020.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime. O SINAES como sistema. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 3, n. 6, p. 193-213, dez. 2006. Disponível em: <https://www.uniaraxa.edu.br/assets/pdf/2007/pac-20070529-06.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2020.

RODRIGUES, Viviane Aparecida. **Enade - contribuições, avanços e limites do processo de avaliação na formação dos estudantes de graduação**. 2008. 153 f. Dissertação (Mestrado). Curso de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-85BPAM>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 08 jun. 2020.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, MICHELLY Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102. Acesso em: 28 ago. 2020.

VIANNA, Heraldo Marelim. Avaliação de sistemas e implementação de políticas públicas. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 22, p. 119-134, 2000. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/2219>. Acesso em: 01 set. 2020.

VIANNA, Heraldo Marelim. Avaliação educacional: vivência e reflexão. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, n. 60, p. 234-276, 2014. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/viewFile/3337/2953>. Acesso em: 07 set. 2020.